

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

1

O Vice-presidente Sidney Campos iniciou a reunião ordinária nº06 do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos, dia 26 de junho de 2024, às 15 horas e 29 minutos, local, sétimo andar da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, contou com a presença dos membros da Mesa Diretora, Vice-presidente Sidney Campos (titular/ segmento usuário) e para representar a Secretária de Saúde Margarete Carlos da Silva Correia (Titular/ Segmento gestor). O Vicepresidente Sidney Campos (titular/segmento usuario) agradece a todos que compuseram a mesa. Em seguida o Vice-presidente Sidney Campos fez a leitura das das atividades mensais do conselho. Em seguida passou a palavra para a Secretária Dra. Margarete que iniciou a sua fala enfatizando a questão da vacinação a gente vai prorrogar, a vacina da influenza acabou de passar aqui para mim, que vai até 14/07. Na verdade, a gente nunca para, porque, infelizmente, a nossa poli está com uma cobertura baixíssima, 24,53%, somente 8.007 pessoas, crianças, vacinaram. Da influenza também, que é uma que a gente já está desde março fazendo, cobertura baixa também, e Covid-19 de 6,46% das pessoas foram vacinadas. A gente vai prorrogar a influenza. Continuem, por favor, tentando motivar da melhor maneira possível as pessoas a se vacinarem, lembrando que o inverno já entrou. E essa inconstância da temperatura vai para 6, vai para 11, vai para 12, depois vai para 29, 30. Essas variações de temperatura levam muito aos quadros de síndrome respiratória. E é o que está batendo na nossa porta. Se a pessoa já tiver vacinada, pelo menos contra a influenza, que é a parte mais próxima, e o Covid-19, quem é o público eletivo, já vai estar protegido pelo menos no agravamento. A gente está com um pouco internação de Covid-19, hoje a gente está com três pessoas só internados de Covid-19 em São José, um só jovem de 20 anos, sexo masculino na Santa Casa, mas ele está estável, morador de São José, os outros dois não são de São José. E, na parte da dengue, a gente está com ainda 34 pessoas internadas em São José dos Campos, 10 na UTI, sendo que 7 estão no Hospital Municipal. Ela diminuiu bastante, em viremia baixou bastante na nossa cidade, mas a gente continua tendo a sustentação da transmissão da dengue. É uma coisa que a gente precisa se preparar, nós temos feito várias reuniões, hoje foi a sala de situação de manhã, ontem fizemos no DRS 17, lá em Taubaté, falando sobre isso, e não é, no caso, só dengue. O problema que está preocupando toda a vigilância epidemiológica, inclusive do Estado, é a entrada do Chikungunya. Nós tivemos 93 casos. todos os que foram investigados que deram negativo para trás, eles refizeram a sorologia, e hoje a gente está com 93 casos positivos em São José, que já aconteceram do começo do ano até agora. A Chikungunya já está presente entre nós, que é o que a gente não queria. E esse quadro que está se apresentando não foi nem com indicação nossa de Chikungunya, porque o quadro não é o clássico da Chikungunya, que seria dores realmente fortes, bilateral nas juntas. Normalmente é bilateral nas juntas, tanto faz, se é do punho, se é do joelho, enfim. Mas que 80% da Chikungunya tem sintomas. Exatamente ao contrário da dengue. A Chikungunya, 80% é sintomático, 20% é assintomático. Eu penso que, como não houve a suspeita pelos médicos que atenderam um quadro de Chikungunya, provavelmente ele deve ser do tipo assintomático, que deu só os quadros normais, que bate nos dois, a prostração, enfim, todo o quadro, e não deu dor forte nas articulações. Deve ser a parte assintomática que está dando em São José por enquanto. a gente tem que ficar atento, baixar muito todo o tipo de criadouros, existem estudos para verificar se esses casos não são no rural, agora eles vão cruzar os dados para ver se fazer o levantamento caso a caso, para ver onde é que mora, se de repente não é o Albopictus, que é da parte mais rural que também está transmitida. O que é que a gente precisa entender? Nosso momento agora, devido à muita variação ambiental, que teve aquecimento do Pacífico, veio El Niño, veio La Niña, teve todo esse contexto, o nosso equilíbrio com certeza está totalmente desequilibrado, evite tudo isso que está acontecendo. Qual é a nossa parte enquanto sociedade, enquanto exercer a nossa cidadania? É não permitir criadouros, não importa mais o que seja, porque a gente não sabe o que vem nesse verão. Nós estamos já nos organizando, como a gente sempre faz, para uma possível epidemia, quem sabe até de Chikungunya agora, vai saber. Nós temos que nos







50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

preparar. Na nossa parte, a gente já está fazendo a nossa parte. A gente está construindo todo um plano, fazendo inserções, inclusive de controle dentro do sistema, medicamentos, tudo isso a gente está já pensando, porque vai ser a ADL agora em julho, vai acontecer do 1º a dia 30 de julho, nós vamos ter mapeado na cidade, novamente, quais os locais com maior infestação de Aedes aegypti. E a gente vai atuar, novamente, se bem que nós passamos quase 6 meses intensificando muito. Possivelmente vai estar baixa a DL, mas não se enganem. Porque, às vezes, isso é o que eu fico com medo. Às vezes, aparece que está baixo e a gente larga a mão dos cuidados naturais que a gente tem que ter. E aí é que ferra. Lembrando que não é só na questão do entorno, dentro de casa, tem a questão das pessoas que jogam o lixo na rua. São 6 milhões, em média, gastos pela Secretaria de Manutenção da Cidade com pessoas que ainda, apesar dos 17 PEVs que existem na cidade, continuam depositando o lixo de uma forma errada. E isso vai trazer doença, sim. Isso propicia, não tem como dizer que não. Nós temos que exercer a nossa cidadania inclusive nisso. E ajudar para quê? No nosso inverno, no nosso verão, durante o inverno, primavera, até meados de setembro, outubro, é a nossa chance de a gente baixar bem, fazer os nossos esforços para que a gente tenha um verão mais tranquilo. Esse é um aviso superimportante. Nesse final de semana, a gente vai estar na prefeitura mais perto de você, vamos levar todos os nossos serviços lá, e também vai ter a feira de adoção no CCZ. A gente está precisando muito, porque a gente está com vários animais prontos para serem adotados, e a gente precisa dar fluxo nos serviços do CCZ. Por favor, divulguem, os nossos animais estão no site, ter o site do CCZ, e quem quiser conhecer, mesmo antes de ir lá no CCZ, pode ver no book todos os animais, as condições deles, como eles chegaram. Todos são castrados, microchipados, vermifugados, eles estão no ponto da parte de adoção mesmo. Acontece das 8h30 às 13h da tarde, lá nas dependências do CCZ, que fica na George Williams 281, 581. Feira de adoção dos animais, as inscrições vão ser reabertas no dia 26. A adoção dos grandes animais, são aqueles que são recolhidos. Desde que a gente implantou esse serviço, nós nunca mais tivemos acidente de trânsito, principalmente, que antes tinha muito, com animais que ficavam soltos na rua, principalmente na parte um pouco mais rural. O animal ficava velhinho, e eles abandonavam o animal, e o animal, com muita dificuldade, às vezes ele era atropelado por carro, e os dois eram prejudicados, tanto o ser humano quanto o animal. A gente nunca mais teve em função desse serviço. Hoje, a gente está com 16 animais que vão entrar para essa doação, e normalmente eles são dados em pares. Faz a inscrição, faz o agendamento através de um 56, e vão comparecer lá, no dia que é marcado, no CCZ, para reconhecer os animais, se tiver, obviamente, local, que as pessoas possam levar dois animais de grande porte, poderão fazê-lo. Muita gente, às vezes, mora no rural e tem esse interesse, está aí mais um serviço. O que mais é importante aqui? Vai ser na escola Álvares Gonçalves, lá no Campos dos Alemães. Vai ser o último dessa edição, vai ser o último. Depois a gente entra no período do eleitoral, que a gente não pode mais fazer. Esse vai ser o último por enquanto. Vai ter vacinação humana, antirrábica também, divulguem bastante para a gente poder otimizar bem esse espaço. Nós fizemos, nesse acúmulo das 22 edições, se eu não me engano, 22 edições, 13 mil atendimentos na saúde. É óbvio que a nossa equipe vai lá, mais de 60 pessoas, e realmente é quem mais produz em termos de procedimento, porque a gente tem essa capacidade de levar e executar muita coisa lá. Teste rápido, saúde bucal, as vacinas, isso dá um volume grande de atendimento, fora o nosso atendimento na nossa sala. Teve uma dúvida durante a semana que foi anunciada, até veio um jornalista perguntar, que ouviu que o Ministério da Saúde ia ampliar a faixa de vacinação para dengue. Só quero esclarecer para que não haja dúvida, a nossa cidade, onde ele aumentou de 6 anos para mais, é porque a vacina estava para vencer agora. Eles ampliaram. As nossas vacinas, que estão no nosso almoxarifado, só vencem em março de 2025. Portanto, a gente não pode alterar a faixa etária que o Plano Nacional de Imunização preconiza, que é de 10 a 14 anos, 15 anos incompletos. 14 anos, 11 meses e 29 dias. A ampliação da faixa etária não aconteceu para a gente, por quê? Porque a nossa validade ainda está longa. Provavelmente, às vezes, vão perguntar para vocês, "Eu ouvi que 6 anos ou mais vacina", não vacina. Eu acho que, de mais







99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

3

imediato, seria isso. O Vice-presidente Sidney Campos Informou as ausências justificadas: Maria Cristina Cursino, (Titular Segmento Usuário), Solange Guimarães (suplente Segmento Usuário), Maria Nery Macedo, (Titular Segmento usuário), Camila Zambroni (Titular Segmento Trabalhador), o Eric Giovanni Reis da Silva, (Titular Segmento Prestador), Thiago Pires de Araújo, (Titular Segmento usuário), Edna Zordan, (suplente Segmento usuário), a nossa secretária Laura Marrocco (Titular Segmento usuário) e o presidente Edvan Ricardo de Sousa (Titular Segmento Trabalhador). Em seguida o vice-presidente Sidney Campos passou para os pedidos de inscrição de matéria na ordem do dia para a próxima reunião. Algum conselheiro tem alguma pauta aí que deseja colocar aqui para a próxima reunião o conselheiro Othon pediu a palavra. Boa tarde a todos. É Othon do Segmento Trabalhadores. Eu queria pedir uma sugestão de que a Secretaria de Saúde apresentasse o organograma da Secretaria de Saúde, que faz muito tempo que a gente não tenha recebido aqui. Acho que seria uma coisa rápida, tranquila. Uma pauta fosse a apresentação do organograma. Em seguida foi dada a palavra à conselheira Mariene Ferreira solicitou mais uma vez uma apresentação sobre o programa Cross. O vice-presidente Sidney Campos dando sequencia a reunião passou a palavra para a senhora Marcela do Centro Dandara. Marcela Andrade Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Marcela de Andrade, tenho 57 anos. Esse povo aqui não me estranha, tem pessoas que eu não conheço e também não me conhecem, mas tem muitas carinhas aqui que eu conheço. Eu fui conselheira de saúde representando a região centronorte, no COMUS, eu acho que em mais de uma década, não sei. João Nicolau ainda está aqui como prova, atuante. E eu, hoje, atuo também como divulgadora do SUS em outras áreas. Eu sou amazonense, estou em São José dos Campos há 29 anos, sou de Parintins, sou uma tupinambá que veio aqui ocupar as terras, porque todas são do povo originário. Eu estou como diretora executiva do Centro Dandara, essa é a minha terceira gestão. Eu saí por 6 meses, mas depois tive que voltar. A nossa atuação em São José, ela precisava de uns 15 dias para explicar, mas eu vou ser de forma sucinta, dizer quem somos nós, o que fazemos, e passar para falar sobre o ciclo da violência contra a mulher. Gostaria de dizer que estou muito feliz de estar aqui com vocês, de saber que tem muita gente lutadora, que esse trabalho de relevância pública é muito importante. E também discutir essa pauta da questão da violência contra a mulher aqui nesse espaço é muito importante, é aqui a primeira vez que estamos vindo e falando a respeito dessa pauta, do trabalho do Dandara. Mas nós nos encontramos em redes em outros espaços, com a doutora Margarete, com o pessoal da assistência, com a habitação, e nós vamos articulando essa rede porque nós não conseguimos trabalhar sozinhos. Eu costumo dizer que nós estamos em um lugar de privilégio, São José dos Campos, que tem uma rede que se articula. Se acontecer alguma coisa, hoje, com uma mulher em situação de violência, nós conseguimos nos articular muito rapidamente. Embora saiba que ainda existem buracos nessa rede, conseguimos nos articular e salvaguardar muitas vidas. Esse é a logo do Dandara, é uma logo mais atual. Ela mostra uma diversidade de mulheres. Se vocês visitarem o nosso site, elas são todas coloridas, mas tem a mulher com deficiência, na outra imagem tem a mulher negra, e assim vai, é uma ciranda. A gente gira, não para de girar. E a nossa missão é ser referência para as mulheres através de ações que promovam os direitos humanos, estimulando-as a prática da cidadania, pois acreditamos que uma sociedade igualitária é justa, e justa é necessária, possível e urgente. E como que a gente faz essa missão? Como que a gente rode essa nossa ciranda? A nossa base é um projeto chamado Promotoras Legais Populares. E, assim, eu começo a falar um pouco quem somos nós. Depois, no outro slide, vocês vão ver, vocês verão que o Centro Dandara é formado em 2001, mas a base dele é um projeto chamado Promotoras Legais Populares. E é uma ação das mulheres da América Latina, das feministas, que se reuniram em um congresso, em um seminário, e, a partir daí, tinham as mulheres do Brasil nesse seminário e trouxeram essa ideia. O que significa esse projeto? Significa que ele é um projeto para democratizar o ensino do direito. Eu não preciso ser delegada, advogada e nem a juíza para entender que eu tenho direito. Entender do direito legal, porque esse promotor legal é de lei. Nós somos legais também, mas é de lei. Nós







148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

traduzimos esse direito para que as pessoas entendam muito melhor o que é. É para democratizar o ensino do direito. Nós estamos na nossa 21ª turma, na Univap, nós temos cerca de 50 mulheres nesse projeto. Toda terça-feira a gente se reúne lá, das 18h30 às 21h30. Aqui tem algumas alunas que eu já vi. E a gente se reúne para conversar sobre os nossos direitos. Lá vai o Ministério Público, a Defensoria, já esteve a SASC, e eu aproveito para fazer um convite para a doutora Margarete para que esteja lá com a gente, é um lugar muito acolhedor, as meninas estão muito afiadas, querendo saber das coisas, querendo saber das políticas, e eu acho importante, um espaço importante para que a senhora esteja com a gente. Ontem nós tivemos aula do ECA, do Instituto da Criança Adolescente, mas muito mais traduzida através de um livro que trata da violência contra as crianças da professora Cláudia Lemos. O Centro Dandara é formado a partir desse projeto Promotoras Legais Populares, que chega em São José dos Campos, em 1998, através de uma aluna recéminformada, a Letícia Massula, que vai para São Paulo fazer esse projeto. Mas quem que traz esse projeto para o Brasil? É a TEMES, uma organização do Rio Grande do Sul que traz essa experiência, essa boa prática para o Brasil. E quem vai beber dessa fonte com TEMES é a Melínia Telles, que traz para São Paulo, a União de Mulheres, esse projeto. E para São José, quem traz foi a Letícia Massula, que era uma advogada recém-formada da SOS Mulher. Ela vai fazer esse curso porque ele contém uma carga horária, uma carta de princípios. Nós temos 32 aulas, uma vez por semana, de março até junho. Agora, em julho, nós entramos de férias e voltamos em agosto até novembro, em uma parceria, em um curso de extensão com a Univap, o curso de direito. Nós estamos lá, fazendo esse curso, e essas mulheres são a base do Promotoras Legais Populares. Em 2001, as fundadoras, a Laura Marrocco, que faz parte aqui do Conselho, a Laura, a Letícia, Alcione, Sandra, Estela, são as 5 fundadoras do Centro Dandara. Elas fundaram essa instituição em 3 de dezembro de 2001. Eu fico falando assim: "Vocês podiam ter fundado outra coisa, porque a herança que ficou a luta é a mesma". E foi fundado o Centro Dandara no dia 3 de dezembro e passou por todo esse processo de ser na casa da Laura, o escritório, e vai caminhando até a gente alugar uma casa em 2008. E hoje, nós estamos em uma terceira casa alugada, que fica ali na Neve Baracho, 55. E a gente costuma dizer que o centro do andar é um espaço de mulher. Não que os homens não sejam bem-vindos lá. Os homens são, sim, muito bem-vindos, se puderem agendar com a gente, a participação é ótima, as mulheres não. Chegou à porta, entra e é atendida. Nós somos múltiplas. Nós estamos no campo, na cidade, nós estamos aqui no conselho, nós estamos no judiciário, nós estamos na Câmara. Porque em São José tem mais de 700 promotoras legais populares. Tem a turma de Jacareí, que a gente já formou, tem uma turma em Brasília, tem um pessoal daqui da região metropolitana do Vale do Paraíba, que o Dandara, nesse período todo, nós já capacitamos essas mulheres. No período da pandemia, nós fomos muito procuradas para fazer online, mas nós não queríamos fazer, porque o contato de uma mulher da periferia, o contato de uma mulher leiga da sociedade com um juiz, com um defensor, com uma defensora, com um médico, com um secretário, ele muda totalmente. Por que fica parecendo que essas pessoas sempre estão em cima e essas pessoas estão ali embaixo? E elas começam a perceber que essas pessoas são humanizadas, que podem falar que estão juntas, que não têm problema algum. Desde que a gente se trate com respeito, com consideração, eu acho que a humanidade caminha muito bem dessa forma. Nós temos todos esses escritos, que eu não vou ler para vocês, é muita coisa, mas a apresentação fica aqui, quem tiver interesse de ver. Essa é a logo do Promotoras Legais Populares, feita pela Martinha Baião e aqui fala da atuação da PLP, que ela é pautada por ideais de justiça, democratização, dignidade e defesa dos direitos humanos das mulheres. Sem os direitos humanos das mulheres, não existe direito, a gente trabalha e percorre respeitando essa coisa que se refere ao valor humano, social, político e econômico de cada mulher. O Promotoras Legais Populares, ele está em São José desde 1998, com a sua 21ª turma, em formação. E aqui eu trouxe para vocês, está escrito, não vou falar exatamente o que está escrito aí, mas vou fazer um apanhado desse fluxograma. Esse fluxograma é apresentado ao Ministério Público, por pedido da doutora Gabriela. Não que a gente



Conselho Municipal de Saúde - COMUS



197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230 231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

5

não tivesse a gente já tem. Já tinha o fluxograma, mas nós apresentamos oficialmente para a promotora Gabriela Lanza, assim como a Secretaria da Saúde e Assistência na Educação está apresentando. Nós estamos fazendo reuniões periódicas com o Ministério Público para promotores específicos da questão das mulheres. São José dos Campos é a única cidade do interior do estado de São Paulo que tem uma vara da violência. E eu posso dizer que essa vara da violência está em São José pela luta das mulheres, do movimento de mulheres, das feministas, das promotoras legais populares, que não se cansaram até que se efetivasse essa vara da violência. Ela veio, mas ela veio só com cartório. Tinha a juíza e o cartório. Nós não tínhamos defensor público específicos para as mulheres, nem promotora específica para as mulheres. Nós fomos à luta de novo, fomos através de abaixo assinado, fomos para o Conselho da Defensoria, fomos para o GVID, e hoje nós temos a promotora Gabriela Lanza e o defensor Júlio Camargo, que hoje está de férias, mas, se vocês precisarem, pode falar com o André, que está substituindo, é o outro defensor. São José dos Campos tem uma situação bastante interessante quando as mulheres de São José dos Campos se apresentam, participam de alguma ação, por exemplo, uma conferência da saúde. Como somos muito organizadas em relação à cobrança das políticas públicas, quando estamos nos nossos territórios, conseguimos aprovar nossas propostas. Quando vamos para outras cidades, outras mulheres dizem assim: "Não, mas São José tem tudo, não precisa de mais nada", não é isso? Nós ouvimos muito isso. E nós seguimos na luta, porque, se a gente tem, a gente quer mais daquilo, a gente quer completa. Em São José, eu não sei se você sabe doutora Margarete, nós temos um espaço no Fórum Velho, uma sala, um espaço bem grande, onde deveria ser implementado o núcleo Maria da Penha. Nesse núcleo, teria pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, todo um sistema para ouvir pessoas em situação de violência, especialmente as crianças. Esse local, trabalhamos muito para que ele fosse implantado, quiser conversar com a doutora Marcia Matei, com certeza ela tem essas informações. Nós trabalhamos com um projeto, entregamos um projeto pronto para comércio, para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O espaço já existe, ele precisa ser estruturado, porque o espaço que tem lá no fórum não dá privacidade para conversas em relação à questão da violência, nem para criança, nem para mulher adulta. Nós fizemos essa proposta para COMESP, e eles acharam o nosso projeto tão inovador que até hoje não deram retorno. E nós não estávamos pedindo o dinheiro deles para construir esse espaço. Nós já tínhamos articulado com várias parcerias para fazer esse espaço, porque é importante. Para a nossa vara ficar 80% completa, porque os 90% eu vou dizer para vocês. Precisamos desse espaço organizado para atender mulheres em situação de violência, é enorme. Eu ouvi falar que, depois que o juiz, o Márcio Loureiro, saiu, ele deixou esse espaço para nós. E agora eles colocaram uma parafernália lá, ocupou esse nosso espaço. Acho que temos que ir lá buscar esse espaço, que é nosso. Temos quase que uma vara da violência completa. O que falta é concurso público específico, que o Tribunal, que o Estado faça esses concursos específicos para atender mulheres profissionais que atendam mulheres em situação de violência. E, para estar completa, ela precisa de defensores e promotores exclusivos para defender os homens. Esse nós não vamos à luta. Está com vocês. Não é que não tenha, tem a defensoria, mas não é exclusiva, assim como nós temos, nós fomos à luta. Esse fluxograma vem contar um pouco da história dos atendimentos do Dandara. Por exemplo, nós damos orientação social. Nós escutamos, fazemos ficha de atendimento, cópia de documento, CPF, todas essas coisas. Na questão dos alimentos, temos uma parceria com o Fundo Social de Solidariedade, que inscrevemos essas famílias e pegamos o alimento. Não é uma cesta básica, são produtos de uma cesta básica. Mas o pessoal, eu friso isso porque a Cesta Básica tem seus itens, mas, no período da pandemia, a situação de insegurança alimentar foi muito grande e o Dandara praticamente virou um centro distribuidor desses gêneros alimentícios. Nós tratamos muito dessas pessoas, mulheres, em especial as mãessolos, que viviam essa questão da insegurança alimentar. Na questão da violência doméstica, familiar, também há escuta do caso, dependendo da situação que é apresentada, o fluxo tem um direcionamento. Eu queria dizer para vocês que o fluxograma não é engessado, porque tem coisas







246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

que podem não estar escritas aí. Porque eu posso me articular rapidamente, ligar na Secretaria de Saúde, ligar na Ciência Social e dizer: "Gente está assim, não está no fluxo, mas precisa resolver". É dessa forma que trabalhamos, junto com os CRES, encaminhando para a Defensoria Pública do Estado, preenchendo a notificação compulsória de agravos de violência. Vocês sabem o que é notificação compulsória de agravos de violência? O Dandara, em parceria, com o curso de extensão da Univap, com o pessoal da Contabilidade e Administração, e o professor Bruno Pulga, eles desenvolveram, foi uma tarefa que nós demos para eles, que eles desenvolvessem a notificação compulsória digital, que nós pudéssemos preencher digitalmente. Já foi apresentada, a secretaria já ouviu sobre isso, apresentamos para o Ministério Público agora. É um documento facilitador, porque ele tem mais de 60 itens, e, às vezes, escrever à mão, não se entende cada um tem uma letra, e agora tem a versão digital. Se vocês quiserem, a Tatiana tem que é a nossa representante aqui, felizmente ela não está na reunião, mas ela tem o link, assim como o Ministério Público. Vou passar para vocês. Eu não lembro se eu já passei para a doutora Margareth, mas o pessoal da vigilância epidemiológica já tem. Porque a notificação compulsória vai te dar dados para a política pública, ela vai te dar dados de fato que a gente precisa de uma delegacia 24 horas que funcione de verdade, porque as violências acontecem nos finais de semana, nos grandes feriados, no carnaval. Precisamos desses dados, porque sem dados não tem política pública, ainda mais uma política tão específica. Esse instrumento, a notificação compulsória de agravos de violência, é um instrumento de muita coragem, porque é o governo tirando a sujeira debaixo do tapete, mostrando que tem violência, mas também indo atrás de recursos para tratar da questão da violência. Em relação às parcerias da empregabilidade, temos o PAT, o Posto de Atendimento ao Trabalhador, que fazemos essa parceria, encaminhamos, embora tenhamos alguns problemas em relação a esse atendimento, porque essas mulheres precisam de creche em tempo integral, e muitas vezes não tem, não conseguimos ficar no trabalho. Precisamos sensibilizar o empregador, porque é uma mulher sequelada por essa violência, tem dor de cabeça, tem dor no corpo, o filho adoece, e muitas vezes não consegue ficar no posto de trabalho porque falta essa sensibilização. Nós estamos vivendo um processo que está chegando em São José dos Campos, muitas famílias tunisianas, e estamos em conversa com o secretário da assistência. O Dandara, desde dezembro, cuida, atende, 8 pessoas, porque tem os filhos, da Tunísia, que são refugiados políticos. Hoje, temos um deles que sofreu xenofobia no trabalho, ele foi lá, conversou com a gente, chorou muito, até um rapaz que é jornalista, tem uma formação. Eu conversei com o secretário, falamos com Alex do PAT. Ontem, e hoje, 10 horas da manhã, esse moço já esteve em uma conversa com ele, já teve uma conversa com aquela carta de apresentação. E também tem um povo da Angola, que está aqui em São José, e que também estamos encaminhando. Estou falando isso para vocês para dizer que não vivemos sozinhas, temos que se articular em rede. Em cada movimento, que gira, a gente vai se articulando com essa rede. A orientação jurídica também nós fazemos na questão da pensão da guarda de divórcio. Se tem processo na Defensoria, é um caminho, se não tem, é outro processo, é outro caminho. Mas tudo com a escuta qualificada, com o acompanhamento, o preenchimento da notificação compulsória, permitindo que essa mulher tenha acesso aos meios remotos de audiências. "Eu não tenho computador, eu não tenho celular, não tenho internet", passa lá com a gente, a gente agenda e acompanha essas situações. A nossa grande demanda ela vem de quem? Ela vem do Dandara, de portas abertas, como a gente chama. Chegou, bateu, a gente atende. E das promotoras legais populares, que nós temos muitas no município. Elas que nos encaminham nessas demandas. Também continuar a questão do B.O., da discussão de casos com a Defensoria Pública quando é necessário, da discussão de casos com os CREAS, da discussão de casos com a saúde, da discussão de casos com a juíza, com a promotora, com o defensor. A gente vai trabalhando esse desdobramento. Quando essa mulher vai quer fazer a denúncia na delegacia, ela pode fazer a denúncia direto com a Defensoria. O boletim de ocorrência, a medida protetiva de urgência, não é necessário ela ir à delegacia fazer a denúncia, ela pode ir direto na Defensoria e ela consegue essa

CD.





295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

7

medida protetiva. Todos esses atendimentos, eles são feitos de forma voluntária. A diretoria do Dandara é toda voluntária. Nós trouxemos, tem as promotoras legais populares, algumas daqui que se inseriram esse ano e já são voluntárias nossas, como a Neide, que está ali no fundo, que fica lá com a gente toda segunda-feira. Acabamos de ter outra parceria ali com a Andréa, que chega também para nos ajudar. A denúncia de violência sexual, ela também tem esses mesmos processos. Só o que acontece? Quando envolve criança, a gente tem que envolver o Conselho Tutelar, a criança e adolescente. A gente faz a notificação compulsória, encaminha, tem as buscas ativas, ali mesmo no Dandara, quando a pessoa se sente mais confortável de conversar com o conselheiro, de conversar com o pessoal do CRES, do CRAS, pode fazer lá, não tem problema nenhum. Essas mulheres, as adultas, não temos psicóloga para criança, mas temos um projeto, ganhamos o edital do Instituto Magalu, e atendemos essas mulheres. Temos algumas psicólogas voluntárias que atendem também presencialmente ou remoto. Aqui também continua a questão dos desdobramentos, das denúncias, se fará denúncia ou não, a gente discute os casos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, da Unidade São José dos Campos, realiza o BO. A gente instrui como ela faz o boletim de ocorrência online, porque não é todo mundo que tem esse conhecimento para fazer, a gente faz toda essa situação. Eu já falei um pouco dessa questão da violência sexual, os encaminhamentos, CREAS e assim vai. A solicitação da medida protetiva, já acabei falando que ela não precisa ser na delegacia, ela pode ir direto na Defensoria Pública, solicitar a medida protetiva. Quando a medida protetiva é indeferida e essa mulher volta, vem no Dandara, ou mesmo que ela não tenha feito essa medida protetiva com o auxílio do Dandara, a gente ouve essa mulher de novo, ela reescreve esse relatório dela, porque muitas vezes o bolete de ocorrência não diz o que essa mulher vivenciou, o que ela passou. A gente refaz isso e conversa com a Defensoria e com a vara da violência, e responde um questionário Frida, se vocês colocarem para pesquisar, que mostra se é grave a situação ou não. E nós encaminhamos com os relatórios. Essa ficha do (inint) [00:43:18], que eu falei para vocês, ali está escrito, sem tentar, a área de promotores legais populares, que eu escrevi dentro do aplicativo. Não mudou nada, é só a forma de preencher. E aqui eu começo a falar do ciclo da violência contra a mulher. O ciclo é um estudo de uma psicóloga chamada Leonor Parker, é uma americana, e ela trabalha com esse perfil de três fases do ciclo da violência, a primeira, a segunda e a terceira fase. Mas vamos imaginar um relógio. Gente, se vocês quiserem fazer perguntas, vocês podem fazer. Imagine um relógio meio-dia. Aqui podemos falar das relações homem e mulher, homoafetivas, heterossexuais e homoafetivas. Vamos imaginar um relógio meiodia, onde um casal, seja homoafetivo ou hétero, se encontra, olho no olho, acontece alguma coisa ali, alguma química, e os dois começam a ter interesse um pelo outro. Esse horário, vamos pensar que meio-dia, como eu falei, é antes da primeira fase, há esse encontro, e nesse encontro há um interesse. Nesse interesse, e outra coisa, eu quero falar para vocês, em especial para os homens, que na notificação compulsória está escrito autor da violência, ou autor da agressão, por quê? Porque esse homem nem sempre é violento, esse homem nem sempre é agressor. Eu estou falando aqui, não estou dizendo que sou contra os homens, mas, infelizmente, é uma pauta. Meio-dia, esse casal se encontra, se olha a alguma situação de interesse, eles começam a se interessar, a ficar. Nesse processo de ficar, nesse interesse, pode haver pequenos sinais de relacionamento abusivo, mas nós mulheres, ou as mulheres, por conta dessa sociedade patriarcal, que diz que uma mulher sempre deve estar acompanhada de um homem, que ela é mais valorosa se tiver um homem ao lado dela para protegê-la, ele começa a ter algumas situações de violência, de relacionamento abusivo que ela não percebe. Por exemplo, "Eu não quero que você use esse batom", "Esse batom está muito vermelho", "Eu não quero que você use essa roupa, está muito curta". E essa mulher vai achando que isso é cuidado, "Ele gosta de mim, ele está apaixonado, ele tem ciúmes". E ciúmes não é bom, porque é posse. E começa esses pequenos sinais, mas acha que isso é cuidado. Chega um momento em que essa relação passa, ela sobe de nível. Ela até coloca no Facebook como é em relacionamento sério. Ela já entra na primeira fase, porque ela já tem uma relação de namoro, de coisa mais







344

345

346

347

348

349

350

351

352 353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369 370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389 390

391

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

compromissada em relação a esse relacionamento. Começa a primeira fase, porque ela não observou que aquilo já era violência. Na primeira fase é a criação da atenção, onde acontece a violência psicológica, a lei Maria Penha é uma lei mais conhecida, uma das leis mais conhecidas do Brasil, é uma das leis, é uma das 5 melhores leis, legislação do mundo. Essa violência psicológica, acho que não preciso traçar para vocês do que é tudo isso, mas essa violência psicológica é a inicial de tudo, porque nenhum homem, nenhum agressor ele vai chegar na sua casa, do nada, e meter um murro na cara e quebrar um dente. É aos poucos, é progressiva a questão da violência. Mas a primeira violência, com certeza, é a violência psicológica. E o nosso grande entrave em relação às políticas públicas para as mulheres, nós precisamos de mais atendimento para as mulheres em situação de violência, atendimento específico. Eu sei que há um esforço da Secretaria de Saúde, porque os dados dessa questão da violência vão através da notificação compulsória. A gente sabe que são subnotificados, mas é a Secretaria de Saúde que recebe esses dados. E temos, embora todos esses esforços, vocês sabem que a violência no período da pandemia aumentou muito. Precisamos de mais atendimento para mulheres em situação de violência, da questão psicológica e psiquiátrica. Eu sei que a primeira é a violência psicológica. De lá para baixo, eu sei que a última é a física. Mas, no meio, ali, tem a sexual, tem a patrimonial e tem a moral. Ele vai crescendo, é como se fosse experimentando, experimentando e enfraquecendo essa mulher, para quê? Nessa segunda fase, que é uma fase de alta vulnerabilidade individual, onde ninguém mais quer ouvir essa mulher, nem o padre, nem o pastor, nem o pai de santo dela, nem os filhos, porque já cansaram de ouvir a história da violência contra dessa mulher e fica parecendo que é ela que não toma atitude, é ela que não vai atrás. Mas tem toda uma questão da dependência emocional, da dependência econômica e financeira. O que prende essa mulher nessa relação? A sociedade que cobra que é essa mulher precisa de um companheiro. As religiões que também cobram que essa mulher continue com esse companheiro, afinal, o que Deus une, o homem não separa. Essa violência, ela vem se agravando. Nós tivemos casos de 30 anos, de mulheres com 30 anos que viviam situação de violência e não conseguia romper o ciclo, porque a nossa aposta é que essa mulher rompa esse ciclo a qualquer momento. Mas ela sozinha, sem um amparo de política pública específica, é muito dificil ela romper. Queria dizer para vocês aqui que, nessa segunda fase da alta vulnerabilidade individual, essa mulher pode morrer. Temos 48 horas para salvaguardar a vida dessa mulher. Em São José tem um abrigo protetivo para mulheres com risco de morte, que é o abrigo gerido pelo Centro Dandara, é um abrigo da prefeitura, e o Centro Dandara faz a gestão desse abrigo. Por mais que a gente faça tudo, que a saúde corra para a questão da saúde, que o pessoal da assistência também faça, que a nossa equipe faça, há uma situação que a gente sabe que 80% dessas mulheres voltam com seus companheiros. "Mas porque ela quer apanhar, ela gosta de apanhar", não é nada disso, nós não estamos aqui para julgar ninguém. Mas é por essa situação de dependência emocional, de dependência financeira e da falta da política pública específica para essa mulher, na questão da moradia, na questão da escola, da creche. Eu não estou falando isso porque estou dentro da Prefeitura de São José, porque eu entendo muito bem, todos nós sabemos que esse é um esforço das três esferas do governo. Todos têm que estar juntos, e a sociedade também. Nós estamos fazendo a nossa parte como sociedade. O município faz a parte dele, mas nós precisamos de mais. Precisamos que o município tenha, por exemplo, um plano de política para as mulheres, das mulheres em situação de violência. Porque esse plano vai fazer com que você possa ir atrás de mais verbas para trabalhar com a situação específica. São José é organizado, ele precisa de mais orçamento, colocar no orçamento a situação das mulheres de violência em São José dos Campos. Como eu falei para vocês, por mais que façamos todo esse trabalho, 80% voltam com seus companheiros. E nós aqui não estamos para julgar, não estamos aqui para desfazer famílias, nós estamos para acreditar que é possível uma mudança nessa situação. É também há um trabalho que o próprio Ministério Público tem que fazer, que é a recuperação dos homens, que é trabalhar com esses homens essa questão da violência, das masculinidades, nós podemos cobrar esse DMP que ele faz. Aqui, em São José tem







393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

9

um comitê chamado Laço Branco, que, de vez em quando, ele é acionado, faz algumas ações, mas corre pouco. Quando ela sai dessa segunda fase que ela é salva, ela entra nessa terceira fase que chama falsa zona de conforto ou falsa lua de mel. Porque como ela acredita que esse homem vai mudar, vai melhorar, não vai beber, vai para a igreja rezar mais um pouco, não vai ser mais violento, ela acredita que vai mudar, vai ter mudanças, e ela vai para essa terceira fase. E, não rompendo, a violência continua. A gente costuma dizer que nós, mulheres pobres, se levar a uma surra, no outro dia, a gente tem que estar com o olho roxo, o dente quebrado, tem que ir para a rua trabalhar, pegar o ônibus, colocar um óculos na cara e ir. Acho que tem mais condições, porque a violência é democrática, não é só na pobre. Ela acontece com todas as mulheres, nem eu, que estou aqui falando, que estou tagarelando, conversando sobre a questão de violência, tenho o meu olhar atento a isso. É possível que eu sofra violência. Somos todas vulneráveis. A gente costuma dizer: "As ricas vão para uma segunda lua de mel, vão para Paris, ganham anéis, joias, viagem, passeio", mas, se não romper o ciclo da violência, volta para o ciclo da violência. A nossa aposta é que se rompa que essa mulher rompa esse ciclo repetitivo, porque tem uma síndrome que se fala de síndrome do sofrimento apreendido. Essa mulher aprende a sofrer, ela aprende a criar desculpas para a própria cabeça dela do por que ela está vivendo esse ciclo de violência. A gente se junta aqui. Conselho, é a primeira vez que eu falo para o Conselho Municipal de Saúde, agradeço muito, porque é nesse espaço que a gente tem que discutir essa questão da violência, porque ela é uma questão de saúde pública. Isso aqui é prevenção, porque, quando eu falo para vocês, eu falo para mim também, para que eu fique atenta, e quero que vocês fiquem atentos e atentas também. E isso é o primeiro papel da Lei Maria da Penha que é prevenir. Estou aqui fazendo prevenção no Conselho, punir e erradicar a violência contra a mulher, que é um grande sonho, mas que trabalhamos todos os dias. A gente costuma dizer que a nossa luta é todo dia. E romper o ciclo da violência é a nossa principal luta. Aqui tem alguns mitos e lendas sobre a violência. Não vou ler todos. A violência doméstica ocorre muito esporadicamente, não é assim. As mulheres provocam ou gostam da violência. A violência só acontece, só ocorre nas famílias problemáticas. É fácil identificar o tipo de mulher que a apanha. Não é fácil, não, gente. Não é fácil. Ela precisa ter muita coragem de falar. Ela precisa ter muita coragem de caminhar até a Delegacia de Defesa da Mulher para ser atendida. E, chegando lá, ela tem que ser bem atendida, porque nós temos muita reclamação do atendimento da Delegacia da Mulher. Ela tem que chegar no posto de saúde e ser observada, porque ali é a/ comunidade, o agente comunitário de saúde que está ali observando, porque as mulheres são chamadas de poli queixosas. Lá vem aquela chata, lá vem aquela que reclama, aquela mulher que tem dor de cabeça, que tem dor na barriga, dor no ventre, é uma das. Os agentes comunitários de saúde podem desenvolver, e já desenvolvem um trabalho muito especial em relação à questão da violência. Temos um acontecimento no Alto da Ponte que, se não fosse a coragem dos agentes comunitários de saúde, a mulher teria morrido e tinha deixado 5 filhos daqui para Deus criar. Para acabar com a violência, basta proteger as vítimas e punir os autores e autores da violência, isso também não é verdade. Precisamos trabalhar uma cultura de paz, precisamos trabalhar uma cultura pelo fim da violência contra as mulheres. Não é só judicializando, mandando prender, manter em cárcere os homens que conseguimos resolver essa questão da violência contra as mulheres. Ali falou de alguns sintomas, de alguns mitos, e é que esse aviso é assim: "Se você convive com alguém, com alguns desses sintomas, você vive em situação de violência e precisa de ajuda". A proteção à mulher se consolida na medida em que atitudes discriminatórias são eliminadas do convívio familiar e comunitário, ou seja, no momento em que realmente existia a vontade social de efetivação de uma política destinada à erradicação, de erradicar a discriminação de gênero. Aqui a gente colocou da nossa sustentabilidade, "Mulher não foi feita para serviço de cozinha". Tem uma musiquinha do movimento de mulheres que fala assim: "Mulher não foi feita para serviço de cozinha, salsa, cebola e cebolinha. Mulher não foi feita para levar tapinha na cara, no braço, nem na bundinha". E aqui eu trago essa forma muito popular do movimento de mulheres de falar sobre que







442 443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453 454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470 471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488 489

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

10

nós somos contra a violência. Mas se for pela nossa autonomia, nós estamos, nesse momento, vendendo lanche de pernil na Praça Afonso Pena, na festa da bondade, para manter a nossa sustentabilidade, para manter as nossas portas abertas. O termo de colaboração com a prefeitura, ele mantém o atendimento, os profissionais, toda a estrutura para o abrigo, não para a nossa casa. Nós somos autônomos. O Centro Dandara se mantém com raras doações financeiras. Mas nós nos movimentamos diante de realizar bazares, festas beneficentes, alimentos, e recebemos prêmios por nossa atuação. Libertar mulheres é muito difícil. É muito difícil a gente receber doação financeira para manter a porta do Dandara aberta, porque recebemos doação para nossa demanda, o arroz, o feijão, a roupa, os móveis, mas para manter a casa aberta é muito difícil. Nós só temos uma doação fixa por mês, de 1 mil reais. Fica rezando para essa mulher não desistir da gente. Aqui estão as nossas redes sociais, o Facebook. Nós temos um mini documentário no Instagram, que fala sobre a criação do Centro Dandara, o e-mail do Centro Dandara, o nosso contato. Esse aqui é importante, é o ligue 180, que tem um Whatsapp, não sei se vocês sabiam, tem um Whatsapp agora, pode anotar esse número. Se quiser ajudar outras mulheres, você pode entrar em contato por esse número. Você é atendida por uma inteligência artificial, a princípio, mas ela vai anotando, você vai conversando com ela e você vai falando dos problemas, vai denunciando e recebe protocolo. "Toda vez que uma mulher se defende sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres", Maya Ângela. E com essa frase que eu termino e me ponham aqui à disposição, se vocês quiserem fazer alguma pergunta. Muito obrigada. Eu me sinto muito honrada em estar nesse espaço. O vice-presidente Sidney Campos Obrigado pelas informações, muito importante. Só para acrescentar, eu sou síndico de um condomínio e eu fico abismado pela quantidade de casos de mulheres. A lei 17.406/2021, ela obriga os gestores de condomínios a fazer as denúncias da mulher, do idoso, da criança, e eu cumpro essa lei. Inclusive, hoje eu recebi uma ameaça no telefone de um marido, que foi chamada da delegacia. E me ameaçou, que vai me matar. Mas assim, a gente tem que fazer, tem que cumprir a lei, porque às vezes a mulher fica coada na residência, com medo, às vezes o vizinho não quer se envolver, aquela história que não mete a colher, tem um ditado assim. Hoje não é, não é assim, porque muitas mulheres estão sendo mortas por conta dessas violências, a gente tem que fazer as denúncias, sim. Eu vou abrir a palavra a todos, aos conselheiros e também/ quem não são conselheiros pode perguntar. A Dra. Margarete Não há nem pergunta primeiro quero agradecer a Marcela, que é uma batalhadora há muitos anos, nesse caminho tão ardo que é. E a gente realmente vê que por iniciativa própria, mas que também com o olhar cada vez mais aberto a sociedade está olhando essa situação. E a gente tem feito essas reuniões lá com a doutora Gabriela, e eu acho que tem sido muito produtivo que a gente chegou a rever lá processos de trabalho dentro das próprias secretarias, não só do SEPAC, mas do SEPAC no que tem o GCM, que tem o dispositivo para que possa ser acionado aquelas mulheres que já estão, devidamente, com medida protetiva e que elas podem acionar, ajuda quando elas necessitam, isso é um diferencial bastante grande e importante. A SASC na sessão da casa das mulheres, quando os softwares têm onde se refugiar, o abrigo protetivo, que isso é muito importante também, porque ela não pode voltar para casa dela, a SASC tem esse braço. E a Secretaria de Saúde é aquele negócio que a gente sempre coloca, inclusive nas reuniões. O melhor para tudo, para todos os tipos, se fala em violência como sendo um problema de saúde pública, a gente gostaria que não fosse. Porque isso é realmente um problema de saúde pública quando aumenta tanto o volume que você tem que tratar de outras formas e outras estratégias. E a melhor estratégia é sempre a prevenção. A gente está olhando como, principalmente nos primeiros sinais, abordar de outra forma. E abordar esse assunto, seja ele por violência física, mas a grande maioria por violência sexual, é muito difícil. E pensando nessa dificuldade que é a abordagem, a vigilância epidemiológica na semana, agora faz uns 20 dias, talvez 1 mês, não me lembro exatamente quando, mas a gente investiu, foram 280 mil reais para treinar 400 pessoas de toda a rede, tanto na nossa saúde, mas oferecemos vagas também para a Secretaria de Educação, para o Conselho Tutelar, para a SASC. Foram 400 profissionais capacitados na







491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507 508

509

510 511

512

513 514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524 525

526

527 528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

11

prefeitura, através de uma iniciativa da Secretaria de Saúde, justamente para fazer um curso, que foi bem, um curso bem encorpado sobre esse assunto, bem objetivo, de como abordar esse assunto, porque é muito difícil, principalmente com as crianças e adolescentes que nem sempre conseguem verbalizar o que está acontecendo. Acho que todo mundo que foi saiu muito modificado desse curso. Eu tenho recebido vários elogios, inclusive, de ter podido fazer esse curso. É isso que a gente acredita, porque para a saúde fica sempre a parte ruim da história, que é quando chega ou espancada, lá no pronto-socorro, ou realmente sofrendo violência sexual, que daí ela tem que expor a situação, ela tem que passar pelos exames, tem que colher material, fazer essa interface com, muitas vezes, a parte legal da criminal, tudo é muito desgastante. É um assunto que quase ninguém gosta de tocar. Com certeza, melhor que ele não existisse. Acho que, de nossa parte, Marcela, vai ficar sempre esse desejo de fazer com que a nossa rede esteja sempre atenta aos sinais de início, que todo início, seja para qual for a patologia, ela tem maneira de você romper com a concretização daquilo. Às vezes, uma mudança, como você fala da pessoa, que é chata, mas, na verdade, ela está tentando, através dessa abordagem constante, não falar o que ela está passando, mas é um grito de alerta que ela talvez não saiba dar, porque tem a vergonha. Ela vai, ela está com dor aqui, ela está com dor ali, ela é poli queixosa, mas ela tem um motivo por trás, e saber abordar essa mulher é muito difícil. Por isso que a gente está investindo nisso, talvez a gente venha fazer um segundo tempo com outras pessoas, para a gente poder disseminar esse curso, que eu acho que foi muito bom. E o que a gente também propôs dentro, lá da promotoria, com a doutora Gabriela, é tentar fazer com o que a gente fez no RIA, e não é fácil na parte de integração, porque o sistema existe, mas o nosso TI ainda não se dedicou a isso, porque está na esteira do desenvolvimento das coisas de TI. E, em uma prefeitura inteira, realmente, ela exige mais tempo. Mas já está no nosso radar, é uma coisa que precisa acontecer que, assim como criamos o RIA, que é para os autistas, integra a rede, tanto a de saúde quanto a educação, todos os pontos, tem o acesso, principalmente, à SASC, à educação e à saúde, mas entraram outras secretarias já nisso, nesse cuidado com as crianças autistas, quando eles têm ou falta no exame, ou falta na escola, ou têm uma crise, enfim, todo mundo vigia de alguma forma, já que ele não é uma doença, mas sim é uma situação, e que precisa ser acompanhada socialmente. E, no caso da violência, eu penso que seja a mesma coisa. É importante saber, essa mulher que, às vezes, deu entrada lá no Dandara direto, porque ela não teve coragem de ir à UBS, ou ela não foi na SASC, em algum ponto desse, ela vai procurar, seja no começo ou no extremo, ela vai nos procurar. E se a gente estiver integrada dentro de um sistema em que a gente possa se conversar, obviamente, respeitando todo a LGBT, não preciso nem falar isso, porque isso é uma coisa que está intrínseca hoje em dia. Todos respeitando tudo isso, eu acho que vai ser um ganho bastante grande para a cidade, inclusive, já que realmente a cidade tem várias iniciativas que tentam coibir essa ação o tempo inteiro. E é isso, é toda sociedade, realmente é questão de cidadania. Infelizmente, a gente tem visto, de um modo geral, acho que o mundo todo está sofrendo por essa coisa, essa epidemia de violência, e, principalmente, contra a mulher com o aumento do feminicídio, a cada mês que passa, a gente se escandaliza com mais alguém que foi embora. Acho que é um olhar atento de toda a sociedade, que, com certeza, são pessoas que também são homens com problemas sérios. Não é um homem que possa se dizer que está dentro da normalidade, enfim. Mas é a questão de todo mundo trabalhar junto nesse mesmo olhar que você colocou aqui. Parabéns a você mais uma vez e obrigado pela parceria. Marcela Andrade Eu queria fazer um chamado para esse livro que a gente discutiu ontem, que é da Cláudia, é o Fenômeno da Violência Doméstica Contra Criança. Está muito bom, quer dizer, está ruim, mas está bom porque alguém colocou aqui, o material é bom. É uma realidade bastante só para minha última fala aqui dizer, quando falamos do ciclo da violência, falamos para ter base de como essa violência acontece, mas não é um roteiro que vai acontecer exatamente assim. Tem várias formas. Eu até tinha pedido um flip-sharp, que eu gosto mais de trabalhar com esse ciclo, um flip-sharp, porque nós riscamos, conseguimos trabalhar melhor com ele, porque é a forma que a gente pode fazer também para trabalhar com outras







540

541

542 543

544

545

546

547

548

549

550

551 552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566 567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586 587

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

12

mulheres. Obrigada. Em seguida o vice-presidente Sidney Campos Campos passou a palavra para a conselheira Kellin Andrade. Conselheira Kellin Andrade Boa tarde, meu nome é Kellin, eu sou do segmento trabalhador, e eu sou a gente comunitária de saúde. E realmente, na nossa experiência, no dia a dia do trabalho, a gente tem contato com muita situação de violência mesmo. E foi bem interessante essa experiência que você comentou, porque é função do ACS trabalhar de forma articulada com outros setores da sociedade. Porque nem tudo é só saúde, a gente precisa conhecer, é uma ferramenta do ACS conhecer esses instrumentos, e conseguir orientar e encaminhar essas pessoas. Eu queria aproveitar que a Margarete está aqui nessa reunião e fazer uma sugestão. De repente, o Núcleo de Educação Permanente promoveu uma capacitação para todos os ACS, de todas as unidades, para a gente compreender melhor, assim como você apresentou para a gente hoje, compreender melhor os fluxos, compreender como efeito o acolhimento, para a gente qualificar ainda mais o trabalho do ACS, que é muito importante, acho que todo mundo aqui concorda da importância, e queria deixar essa sugestão para qualificar ainda mais o trabalho do ACS e agradecer muito pela apresentação. Eu como ACS, vou sair daqui muito mais enriquecida. Marcela Andrade Muito obrigada pelo trabalho que vocês realizam. A gente costuma dizer que o ACS é como se fosse uma sucursal da prefeitura em seu bairro, porque todas as reclamações vão ali, baixa na porta, encontra na rua. É um trabalho fundamental. Muito obrigada. E, sobre o fluxo, estamos trabalhando junto com a promotora e, muito em breve, teremos esse instrumental de orientação sobre os encaminhamentos, mas também dizendo que o fluxo não é engessado, que podemos buscar outras formas. Em seguida foi dada a palavra a munícipe Ana Gleide. Ana Gleide Boa tarde, meu nome é Ana Gleide, eu sou usuária, eu moro na região centro. E assim, que pena que a gente tem que discutir, não nos matem, a gente tem que pedir isso todos os dias, porque a/ gente ver que isso é o que tem acontecido. Eu não sei se hoje é que tem extrapolado aos muros de casa, porque antigamente isso ficava muito guardado, era uma coisa que você não podia fazer porque todo mundo te apontava, imagina uma mulher divorciada. E pegamos todo o histórico de cancelamento, de calar a mulher, e nós somos, diria, no mundo e no Brasil, um número muito maior que homem, mas sempre tivemos que se esquivar para poder se manter viva e ocupar os nossos espaços. Não falamos aqui, falamos da violência grave, que é morrer, bater, mas temos aquela violência silenciosa nos espaços, àquela violência de misoginia, de quando você vai falar alguma coisa que é contra, as pessoas pensam e é uma mulher que fala, ou é chamada de louca, ou de barraqueira, ou que não sabe o que está falando, é cancelada. São vários tipos de violência. E quando eu vejo também a violência doméstica, a gente pensa na repetição, ou na repetição masculina, porque viu aquele pai violento sempre tratar a mãe como não fosse um nada, ou aquela mulher que repete o ciclo que a mãe viveu porque ela quer romper aquele ciclo de violência e procura um cara violento. A gente não é inimiga dos homens, mas a gente não é menos que eles, a gente é igual, como também a gente não é menos que outras mulheres. E outras mulheres só se protegem se for conveniente, se tiver o mesmo pensamento. Quando existe a discordância, é como se aquela mulher não fosse mulher, porque ela discorda de mim. Isso também é uma violência silenciada. E a gente tem que ter muito cuidado em relação a isso. Eu não defendo a outra porque ela não pensa igual a mim, porque ela é contra o meu pensamento, seja religioso, seja político, seja qual for. E isso não é proteção. Você não protege só quem pensa igual a você. Pensar diferente de mim é muito rico. E a gente não percebe esse tipo de coisa. A questão é sempre silenciar e mulher sempre seria silenciada, mas hoje existem mulheres, graças ao Dandara, graças às pessoas que pensaram nas promotoras legais, que é o embrião do isso que acontece, graças à cidade de São José dos Campos, seria bom que a gente pudesse partilhar para outras cidades, criar. Eu sei que é difícil. Aqui a gente tem a Tati, que é uma pessoa que representa o Dandara, e uma das coisas como munícipes, que eu tinha muito solicitado dentro do Conselho, é nós munícipes e os próprios conselheiros conhecerem as ONGs ou as instituições que estão aqui dentro. Por que é importante o Dandara vir e outras instituições? A gente conhece o trabalho de vocês e existe uma coisa







589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

13

importante que é o plano municipal de saúde. No plano municipal de saúde, a representante do Dandara vai colocar as coisas que ela acha importante, que o Centro Dandara, que é referência da mulher, acha importante nesse plano municipal de saúde. É ela que vai construir essa política. E a política da mulher não está construída. Tem, precisa, muita coisa para se construir. Eu acho importante esse tipo, a gente quebrar esse casulo e estar aqui dentro falando sobre isso. E eu queria fazer duas perguntas para você. Você falou que o Dandara, eu vi, porque eu acompanho a prestação de contas e eu acompanho as instituições. Eu não sei se o Dandara é uma ONG, era uma das coisas que eu queria perguntar, e a outra, onde eu consigo ver, por exemplo, a prestação de contas? Porque toda instituição ou qualquer ONG que receba dinheiro, seja municipal, seja estadual e seja federal, ela tem que expor a sua prestação de contas. E você está me dizendo, pelo que eu entendi, a prefeitura repassa um dinheiro para vocês para manter esse abrigo. É o poder público colocando na mão de terceiros aquilo que supostamente ele faria. Marcela Andrade A gente costuma dizer que nós somos 51, 52% da humanidade, nós mulheres, e o restante foi à gente que pariu. Somos 100% da humanidade. De fato, existem todas essas outras formas de violência, as violências invisíveis, que se invisibilizam, e a gente pode continuar falando disso. Eu acho que, se faltava vir aqui falar do Dandara, já não falta mais. Porque a gente se encontra em outros espaços. Quando eu falo da Secretaria de Habitação, que nós articulamos com a saúde, com o Centro do Serviço do Fundo Social, com a SASC. Nós rodamos todo esse espaço. Nós aprendemos a se articular. Às vezes, as pessoas falam: "Não, o Dandara é chato, o pessoal é briguento lá", nós somos mesmo, mas nós somos muito propositivas também. Nós somos propostas, fazemos proposta, trabalhamos com a LDO, trabalhamos com o PPA, toda vez nós articulamos, porque nós trabalhamos com as promotoras legais populares, a questão do orçamento, porque sem o orçamento, sem estar no orçamento, não tem política pública para as mulheres, nós precisamos estar no orçamento. Em relação à prestação de contas, nós temos projetos com o Governo Federal, que está lá na Transparência Brasil. Nós temos a prestação de conta com a secretaria da assistência, da SASC, que também está no sistema de transparência. Todas as prestações de contas estão ok. Até mesmo porque, quando nós precisamos disputar algum edital, a gente disputa esse edital com vários (certidões negativas). Se a gente tiver alguma que esteja, já era. Eu costumo cuidar muito bem, porque quem vai para a cadeia sou eu. Eu que assino pelo Dandara. E outra coisa que perguntou... Nós somos uma OSC, uma organização da sociedade civil de interesse público. A conselheira-Ivany Baptista Boa tarde, parabéns. Eu sou a conselheira Ivany, do segmento trabalhador. Eu já também conheço o Dandara. A gente tem alguns projetos juntos com o curso de serviço social da Univap. E eu gostaria de fazer um convite a todos. No dia 1º de dezembro, nós vamos ter a sétima caminhada do Grupo Mulheres do Brasil no combate à violência contra as mulheres e meninas. Quanto mais adesão nós tivermos, mais representatividade a gente vai ter. Conto com todo mundo lá também. Marcela Andrade Nós, agora, no dia 17 de agosto, nós teremos um seminário na Câmara Municipal. Eu ainda não tenho certeza do espaço, mas a agenda vai ser na Câmara Municipal das 9 às 12 horas, onde a gente vai fazer esse seminário dos 18 anos da lei Maria da Penha. È uma iniciativa dessas 21ª turma de promotores alegais popular, que acontece na Univap, e, sobre um lema, a lei somos nós. Nós somos a lei. Dia 17 de agosto. A gente ainda está elaborando o material, o convite, das 9 às 12. E, depois, nós vamos fazer também um no mês jurídico da Univap, com uns alunos do direito, lá, com o professor Solano. Mas ainda não tiramos uma data. O vicepresidente Sidney Campos Marcela, mais uma vez, obrigado por ter vindo. E, em nome de todos os conselheiros, quem quiser fazer uma visita, pode ir. Só agendar. A conselheiro Luís Antonio Vane Bom, muito boa tarde a todos, todas. Eu agradeço muito a mesa da pessoa do doutor Sidney e da doutora Margarete, essa possibilidade de comentar algumas coisas com os senhores. Eu acho que o Conselho Municipal de Saúde tem que tomar ciência do que acontece na saúde, principalmente na faculdade. Nós tivemos a Humanitas, uma faculdade de medicina que começou aqui em 2017, se bem que nós viemos aqui para preparar e montar essa faculdade em 2012, nós ficamos 5 anos entre







638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

14

preparação e autorizações do MEC, do governo, e em 2017 começou. Hoje nós já estamos com 3 turmas formadas e os nossos egressos estão indo bastante bem. Eles têm se colocado dentro da rede de saúde da cidade, das cidades vizinhas, em outras cidades, e também sendo aprovado nos exames de residência médica que existe por esse Brasil afora. É motivo de grande orgulho para nós e para todos os senhores, eu acredito. Mas o que é isso que na realidade, o motivo principal da minha fala aqui é que o MEC, através do INEP, ele fiscaliza as faculdades de medicina, de todas as faculdades, mas, no caso, a faculdade de medicina, ele fiscaliza. E essa fiscalização ocorre quando a faculdade começa e depois que ela faz 5 anos, pode ser com 6, com 7, mas pelo menos 5 anos de atividade. E são duas avaliações. É uma de reconhecimento do curso e de recredenciamento do curso depois que esse curso já tem 5 anos. Como é o nosso caso? Nós temos, indo para 7 anos já, e nós tivemos, a visita de três avaliadores do MEC, que vieram, passaram três dias aqui na faculdade, olhando absolutamente tudo. E esse foi o reconhecimento do curso. E nós tivemos a satisfação de, dentro das notas do MEC, que é de 1 a 5, nós obtivemos a nota 5, que é a máxima dentro desse contexto. E 15 dias depois nós tivemos outra comissão do MEC que veio para fazer não mais o reconhecimento, mas o recredenciamento do curso. O curso foi credenciado quando começou, e agora teve o recredenciamento. Esse recredenciamento também é feito por avaliadores do MEC de alto nível, eles passam aqui também dois a três dias, tem uma parte que é feita por vídeo, você tem que filmar o que eles estão pedindo, e você vai filmando e eles vão recebendo essas imagens, gravando para depois analisarem. E nós tivemos conceito 5 também. Isso foi para nós um motivo de grande orgulho, porque é uma Faculdade de Medicina da cidade de São José dos Campos. Esse é o nome que vai, uma Faculdade de Medicina de São José dos Campos teve duas notas 5. Só para vocês terem uma ideia, de todas as faculdades de medicina do país, mais de 300 faculdades que tem por aí, inclusive as públicas, inclusive as tradicionais, duas notas 5 em reconhecimento e recredenciamento, não chega a 8% das faculdades. E nós estamos entre elas. Eu acho que é um motivo de grande orgulho para nós, para a cidade, para este conselho, e isso dependeu muito da parceria, da quase irmandade que a gente tem com a Secretaria de Saúde. A Secretaria de Saúde dizer, assim, de uma maneira bem... sem levar em consideração alguns é uma secretaria que nos pega no colo, literalmente. Temos sempre discutido as coisas, sempre temos absoluta abertura para que possamos fazer os cursos práticos de tal forma que isso foi uma grande ajuda no sentido de conseguirmos essas notas máximas. A nossa secretária esteve junto quando a equipe do MEC esteve em alguns hospitais, que eles foram ver em loco como que é que nós fazemos o curso. Não é uma brincadeira, é uma coisa muito séria. A secretária esteve lá. E isso foi fundamental, no sentido de que a gente pudesse conseguir esse conceito máximo que pouquíssimas faculdades do país têm. Gostaria de agradecer muito aqui o COMUS, que participa junto com a gente, a Secretaria de Saúde, a Prefeitura e todos os ambientes hospitalares da cidade que nos acolhe e permite que a gente consiga dar aos nossos estudantes um curso de alto nível, a ponto de sermos referência entre as faculdades de medicina, com dois 5 nas modalidades de reconhecimento e recredenciamento de nosso curso. Eu agradeço a todos os senhores, indistintamente, porque todos participaram disso, todos vivenciaram isso. A nossa Câmara de Vereadores, Prefeitura, eu tive a oportunidade de apresentar a Humanitas lá nesses setores, e todos têm uma participação importantíssima nisso tudo. E isso foi visto pelo MEC. O MEC veio, viu que a gente tem participação no COMUS, na secretaria, a secretaria participação com a gente, de tal forma que foi uma irmandade mesmo, essa parceria é mais do que parceria. Como a gente fala que a Humanitas é uma grande família lá, a irmandade está aqui na Secretaria, Prefeitura e COMUS. Gostaria de agradecer muito a todos, que todos vocês tenham uma participação especial nessa conquista que é da cidade, a cidade que teve isso. A Dra. Margarete Quero aqui aproveitar também, em nome do doutor Vane, para parabenizar todo o corpo docente da Humanitas. A Secretaria de Saúde prima muito pela excelência de tudo que a gente faz. Às vezes, a gente é até exigente em muitos pontos, mas é porque a gente acredita que realmente os alunos precisam sair preparados para o mundo. Passar a mão na cabeça às vezes não







687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

15

funciona, principalmente no mundo atual. A gente é bastante exigente com algumas coisas. E vamos continuar sendo, porque, como o senhor bem falou, São José é uma referência em saúde para muitas coisas. Não pode ser diferente na hora da capacitação desses alunos que passam pelas nossas cadeiras. São 4 mil e 500 estagiários de todas as profissões, não só da parte de medicina, mas também de enfermagem, psicólogos, nutricionistas e todos mais, que compõem e que permeiam a nossa rede, tanto primária, secundária, terciária, eles estão presentes. É o momento de eles realmente fazerem a diferença, porque são eles que vão cuidar de nós. Vamos fazer com que eles seiam os melhores profissionais do mundo. Parabéns. O vice-presidente Sidney Campos Aproveitar, agradecer ao senhor Vane e à faculdade, eles nos apoiaram na segunda plenária municipal de gestão do trabalho e educação, com o coffee break lá, que estava ótimo. A gente esperava até mais pessoas, mais trabalhadores, mas foi muito bom, foi bacana, a gente agradece aqui esse apoio da faculdade também com relação à plenária e com relação ao nosso conselho municipal de saúde. Em seguida foi data a palavra a conselheira Mariene Ferreira. A conselheira Mariene Boa tarde novamente a todos. Mariene, CGU da UBS Bosque dos Eucaliptos, e também representando o COMUS da região sul. Primeiramente, parabéns aí, Sidney, por você ter aberto as perguntas para todos na apresentação anterior, e era uma das coisas que eu tinha colocado, até para citar aqui. Quando houver essas apresentações, que não precisa de aprovação de plenária, é uma coisa questionável, mas é para todos. Eu acho que poderia todo mundo que está participando também poder fazer os seus questionamentos, porque, toda vez que jogar a responsabilidade para o representante do COMUS, de repente, não é da forma que o munícipe gostaria de fazer o questionamento. E se a apresentação é para todos, não precisa de aprovação, aquele que estiver assistindo e puder fazer a sua pergunta, eu acho que seria válido. Hoje foi um exemplo que deu certo e eu gostaria que vocês pudessem rever isso, que vale muito a pena. Referente falta de documentos com antecedência. No mês passado já não recebemos documento para aprovação. Hoje deveria vir a ata do mês passado para ser aprovado. Também não foi enviado por e-mail. Essas situações são difíceis para nós, porque nós assumimos uma responsabilidade de aprovar uma coisa que nós desconhecemos a íntegra. E isso é uma coisa muito séria, acho que temos que, quando o COMUS mandar um convite de participação, seja extraordinária ou essa, que é a normal, ele precisa mandar o documento com antecedência para que todos tenham a ciência e possam, no dia correto, ver se realmente está correta a leitura ou não. Dra. Margarete concordo com a senhora no dia da conferência. Figuei até o final, fiquei chateada de ver a pouca participação, mas eu reforço, já faleiisso antes e vou falar novamente, falta comunicação, tanto do COMUS, como do município, e principalmente, doutora, que não está acontecendo, as gerentes de UBS não estão passando as informações para os conselheiros do CGU, nem das reuniões daqui, como essa de hoje, que é importante que outros conselheiros estivessem aqui, porque como que a gente vai criar uma equipe forte para fortalecer a Secretaria da Saúde, o COMUS, se essas pessoas não são convidadas a participar? Eu reforço, é necessário que o COMUS fortaleça as informações junto com as gerentes das UBS, e essa gerente que já tem grupo informe aos conselheiros que ali estão a importância das conferências da saúde, as reuniões extras e as normais. O vice-presidente Sidney Campos informou que será colocado na próxima plenária e vai ser encaminhado aos conselheiros e também gostaria de deixar registrado nesta ata a moção de aplausos aos ACS e ACE's. O requerimento de moção de aplausos, considerando a situação de epidemia do vírus da dengue reconhecida pelo governo do estado de São Paulo, considerando as ações incansáveis de zelo, atenção, prevenção e tratamento aos pacientes com suspeito e conformação de contágio pelo vírus da dengue em nosso município, considerando que os profissionais da saúde. ACI e ACS estão atuando na linha de frente, não medindo esforços e se expondo para combater a proliferação dos mosquitos entre a população da nossa cidade, considerando que os profissionais da saúde de São José dos Campos, são guerreiros, heróis, ao deixar o conforto em seus lares para trabalhar incansavelmente durante essa crise de saúde pública, considerando que a missão de salvar vidas evidencia mais do que nunca,







736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750 751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

16

merece nosso reconhecimento e agradecimento em público. Essa vice-presidência presente subscreve no uso de suas atribuições legais em conformidade com o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde, vem respeitosamente diante dos conselheiros requerer que depois de ouvido o plenário seja aprovado uma moção de aplausos aos agentes de combate endemias e agentes comunitários de saúde que se refere ao enfrentamento ao mosquito Aedes aegypti. Justificativa, os profissionais da saúde são guerreiros combatentes na defesa da vida e durante a epidemia da dengue, pois ficaram expostos diariamente ao contágio, colocando em risco a própria vida. Com esse gesto, queremos que todos os servidores saibam do orgulho e da gratidão para com o povo joseense pelo excelente serviço prestado. Requeremos que após a aprovação, seja encaminhada a cópia desse documento a todos os servidores da Secretaria Municipal de Saúde, São José dos Campos. Está lido, está registrado em ata e depois vai ser encaminhado tanto para o site quanto para a Secretaria Municipal de Saúde. Eles merecem parabéns. Uma salva de palmas a todos. O vicepresidente Sidney Campos iniciou a fala do munícipe pela munícipe Teca. Teca o senhor José, de 61 anos, que ele está com hérnia inguinal, está à espera da cirurgia há 2 anos. Ele vem sentindo muita dificuldade em andar, muita dor, e até para fazer as tarefas de casa mesmo. E uma senhora, Dona Helena, de 71 anos, que precisa fazer uma endoscopia, mas tem que ser em um local hospitalar, também vem sentindo muita dor, tudo que come não para no estômago e já perdeu uma boa quantidade de peso. O terceiro é sobre uma moça que sofreu violência doméstica, há 1 mês passado. Ela é uma moça de 31 anos, ela é autista. Ela foi acompanhada por uma moça responsável para o hospital municipal, para atendimento, devido à dor que estava sentindo. Ela chegou ao hospital por meio das 14h30, foi atendida pelo médico às 19h, como ela é uma pessoa autista, ela não entende que, infelizmente, existe uma demora no atendimento. Mas não teve. Foi identificada. Ela saiu de lá às 21 horas sem tomar a medicação, porque ela se sentiu ansiosa com os problemas lá e não pôde esperar a medicação para tomar. E ela não teve o atendimento de prioridade, que eu mesmo liguei no hospital também para conversar lá. A moça que acompanhou ela aqui também vai falar. E não houve o atendimento de prioridade. Onde está o atendimento para eles? Os autistas? E o terceiro é um pedido de uma mãe que pediu para perguntar para a senhora Margarete. Ela tem um filho autista e o médico indicou para ela o canabidiol, mas ela foi orientada no posto que o primeiro frasco ela devesse comprar para ver se a criança vai se adaptar e vai haver um resultado sobre esse remédio. A Dra. Margarete respondeu Primeira coisa assim, todas essas demandas que você traz, primeira coisa que tem que ser feita, seja ela qual for, 156, para abrir protocolo e a gente perguntar exatamente para qual departamento, no caso da cirurgia, vai para o DRC, o DRC levanta na fila, se está na fila do Estado, se está nossa lá. Se for exame, no caso, lá no pronto-socorro, endoscopia, colonoscopia, que você estava falando, sobre endoscopia que está com dor no estômago, levando, porque quando vocês dão o nome, o CRAS, a gente levanta e vê se por acaso a pessoa já passou algumas vezes, provavelmente foi no pronto-socorro algumas vezes já por dor, e isso faz com que a prioridade, às vezes, que foi colocada lá atrás pelo médico como normal, passa a ser prioritária dentro do próprio sistema. Só que se ela não vai a nenhuma unidade, no caso de pronto-socorro, e que fique registrado isso, o status não muda e o sistema vai chamando e marcando as pessoas do jeito que está no sistema. A central não fica olhando prontuário por prontuário. A pessoa tem que voltar na UBS, passar no clínico, se ele está gravando, para poder mudar o status. E não são eles que mudam o status, mas sim a situação do quadro clínico, porque é parametrizado. Todas essas questões precisam voltar sempre na UBS. A UBS é quem faz, ela é a norteadora do cuidado ali e ela dispara para onde for. Através do 156 pode fazer o registro com o nome CRAA para que a gente possa identificar no sistema também o que pode acontecer e, dependendo, até chama com prioridade porque, por si só, a gente pesquisa no sistema, se a pessoa passou ali no pronto-socorro e tudo mais, pode ter gravado. O autismo é considerado prioritário. Eu não sei em qual momento isso não aconteceu lá. Ele realmente tem um limiar de ansiedade exacerbado, a gente nunca sabe em qual momento vai ser o gatilho. O que se pretende, até com tudo o que a gente tem feito do RIA, é que







785

786

787

788

789 790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806 807

808

809 810

811

812 813

814

815

816

817

818

819

820 821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

17

esse paciente seja priorizado. Eu preciso do nome, novamente, eu preciso do registro para eu poder questionar legalmente, até dentro do nosso processo de perguntas e respostas, o prestador, seja ele qual for, falando pronto-socorro, não importa, ela é SPDM, ela também presta, deve prestar esclarecimento sobre o caso que esteja acontecendo assim. E a última coisa? O canabidiol, apesar do Tarcísio, o nosso governador, ter liberado, porque não tem na Cesta SUS, mas o Estado vai implementar dentro do alto custo do Estado. Ele ainda não foi colocado no Estado. Apesar de ele já ter anunciado, ainda não está no dispositivo, a rede não tem. E se a pessoa precisa, realmente ela vai ter que comprar enquanto não consegue fazer o processo, mandar. Quero voltar a esclarecer aqui. Os medicamentos do rol do Estado, o que cabe ao município? Atender os protocolos que o Estado pede. Tem uma sequência de documentos que tem que ser preenchido, a gente monta um processo físico, ainda é físico, infelizmente, por mais que a gente ainda tenha pedido para que se transforme em digital, ainda não é, ele é físico, ele sai daqui e vai lá para o Estado. E leva cerca de 30, 40 dias para voltar a resposta se está tudo ok. A partir do momento que está ok, os medicamentos do Estado vêm nominais. O que cabe ao município? Somente receber, acondicionar, porque muitos exigem alguns cuidados, e dispensar nominalmente. Por isso que a gente tem, em vez daquelas filas enormes que ficavam lá toda hora procurando na farmácia central, quando nem era lá na UES, hoje a gente tem o sistema. Às vezes o sistema cai, como cai em qualquer lugar. Você passa um tempo, o sistema volta. E você fica consultando se o seu medicamento está lá, se já chegou, e faz o agendamento também por ali. Não consigo ir, eu não acesso ao site, não sei lidar com o site, ligo em 156, o 156 se utiliza da mesma ferramenta, que é do agendamento e faz o agendamento para quem não consegue entrar no site. É isso. O canabidiol a gente não tem, não tem como comprar. Os raros que a gente comprou, aliás, já faz algum tempo atrás, foi por um judiciário mesmo, foi ganho, uma decisão judicial, a gente teve que comprar, porque o Estado ainda não estava nem no rol do Estado ainda ter. O vice-presidente Sidney Campos Campos passou a palavra para a munícipe Ana Gleide. Ana Gleide Boa tarde a todos. Eu fico muito feliz, doutora Margarete, que o CRMI tem ganhado esse prêmio, e aqui a gente tem que ir da base para o topo. A gente tem que elogiar os conselheiros do CRIMI, os funcionários e a gerente de unidade, a senhora Larissa, a senhora Daisy, que não está aqui, e a secretária de Saúde. Temos um número de pessoas que fizeram com que esse prêmio chegasse. Parabéns, meninos. Quando o território trabalha, quando tem CGU participativo e fiscalizador da política pública, ela realmente funciona. Fica aqui o meu elogio para eles. Uma outra coisa que eu quero elogiar e que tem muito me feito os olhos brilhar é a participação de alguns conselheiros que estão chegando nesse conselho. E eu não tive na plenária, mas eu quero falar, elogiar, porque eu vi muitas pessoas falando bem, apesar do número de representantes de funcionários não foram suficientes. Nós não tínhamos representantes dos conselhos. Faltaram muito representantes que ocupam a cadeira aqui, que deveriam estar lá nessa plenária e não estavam. Eu acho que vocês têm que repensar. Existe toda uma logística, todo um trabalho que foi feito e que precisava, a hora de discutir sobre os funcionários, sobre tudo que move o outro lado, esses 25% que faz parte desse conselho, eles não estavam lá. Quero parabenizar a Kelly, que eu sei que ela foi uma guerreira, e esse grupo de trabalho. Nós também tivemos um curso. Olha que bom, hoje eu estou só elogiando. Nós tivemos um curso em Taubaté, que foi muito importante, que estava a Ariane, a Kelly e o Kevin, que participaram muito bem. Chegando agora, estava o nosso vicepresidente, o presidente de CGU. Só tinha o Edson, representando, se não me engano, e a Tati, que era do Dandara. Infelizmente, nós temos 64 conselheiros e eles não estão participando, porque eu acho que os conselheiros têm que colocar a mão na consciência. Vocês têm que fazer treinamento para serem bons conselheiros. E também nós não tivemos, infelizmente, nenhum representante de gestor prestador, nós tivemos em outros municípios eles estavam lá. Eu acho que vocês precisam repensar essa postura. Eu estava lá só como munícipe, porque fui expulsa, mas faço a minha cidadania. Por isso que muitas vezes não gostam, mas me sinto com propriedade, com autoridade de fazer alguns questionamentos, fazer algumas reivindicações e algumas colocações. Acho que temos







834 835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857 858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873 874

875

876

877

878

879

880

881

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

que pensar em treinamento para o Conselho. Os conselheiros precisam participar porque, se não, não tem porquê o coordenador pensar e ficar um tempo querendo fazer um bom trabalho se os conselheiros não estão aí. Eu outro dia falei com o Edvan que ele tinha razão em relação àqueles conselheiros que sabem que todo mundo aqui está aqui e não ganha nada para isso, mas não querem usar o tempo para fazer a coisa certa, então saiam do conselho. Eu acho que seria o mínimo que você pode fazer. Se você está no conselho, vamos fazer um grande conselho com gestor, prestador, trabalhador e usuário. O vice-presidente Sidney Campos comentou também sobre o evento de Taubaté foi muito bacana. Muito legal mesmo. Quando tiver, os conselheiros façam a inscrição. A gente absorveu muitas informações importantíssimas. É importante a participação de todos. Eu só senti que foi muito em cima da hora. Dra. Margarete explicou que Sim, foi corrida. Eu não consegui, se eu tivesse que comprar o serviço para levá-los, eu não teria conseguido. Ficou muito em cima, eu tenho que dar publicidade quando eu faço compra direta. Quem me salvou que eu pedi ajuda para todo mundo, foi a educação que me emprestou o veículo, a van que acabou levando o pessoal. Muito complicado para nós é porque a gente tem em todo também o rito também. A gente precisa se preparar e até pedir para que quando tiver, assim que souber, ou enfim, tentar ser o mais breve possível, é nos avisar. Deixar para a última hora tanta dispensação do próprio servidor, do funcionário, que também o serviço precisa se estruturar sem eles ali. E o transporte, no caso, quase não deu certo. Quase. Mas no final deu. O vice-presidente Sidney Campos também agradeceu e gostaria de deixar registrada a Margarete, porque ela se empenhou pessoalmente junto à Secretaria de Educação para o Transporte, porque realmente a Secretaria de Saúde não tinha o transporte para fazer a locomoção. A Margarete, junto ao demais secretário, ajudou muito obrigada, foi importante e foi legal ver os munícipes também, fora os conselheiros, munícipes daqui participando. Isso foi muito legal, foi muito bom mesmo. Em seguida foi dada a palavra ao munícipe Renato Zeca. O Renato Zeca questionou dessa ida para Taubaté, eu acho que foi cobrado dos conselheiros de uma forma errada, porque os conselheiros, para irem a algum lugar, precisam receber um convite antecipado, como a secretária falou. E realmente isso não ocorreu. Pelo COMUS. Sem avisar, fica difícil de alguém saber e de alguém conseguir ir. Esse tipo de coisa tem acontecido recorrentemente, isso é uma primeira coisa. Uma segunda coisa que eu ia dizer é o seguinte, eu gostaria de saber da secretária, se está havendo tanta dificuldade de locomoção de alguém que está com problema em uma UPA para o hospital, porque têm, algumas pessoas têm me ligado e: "Olha, eu estou com uma tia que está lá na UPA do Novo Horizonte, já faz 3 dias, tem que ir", e não acontece de enviarem ela, e pelo jeito ela estava precisando. Outra coisa que eu ia dizer também é sobre as nossas unidades todas. A nossa UBS é muito boa, o pessoal agora reformou, ficou muito bonito, só que acontece o seguinte, ainda existe um problema, e a secretária até sabe disso, uma vez eu até sugeri que houvesse monitores que pudessem passar vídeos e informações da Prefeitura para os munícipes que estão ali aguardando qualquer tipo de atendimento, por quê? Porque, hoje, todo mundo fala, não, mas não tem gente para ficar no totem, o pessoal não sabe usar o totem. Ora, poderia acontecer de saber se houvesse uma explicação o tempo todo, passando lá, "Use o totem de tal maneira", mas a prefeitura não disponibilizou isso, que poderia ser feito e que a secretária sabe, era um valor bem baixo. Isso foi mais uma coisa. Outra coisa é a questão dessa isenção de 30% de pessoas que não vão. Ora, já foi falado várias vezes na nossa UBS, nós sempre falamos, e isso deve estar em ata, basta usar mais o Whatsapp. Existe, hoje, o Whatsapp pelo computador. Por que não colocar um número de Whatsapp lá em todos os UBS para poder usar pelo computador. O vicepresidente Sidney Campos falou a respeito ao evento das oficinas de formação de conselheiros que aconteceu em Taubaté, essa responsabilidade de agendamento foi do Conselho Estadual. E ele nos avisou em cima da hora. E quem participou correu para fazer a inscrição. E outra, teve a disciplina também da gente participar online. A gente teve as online antes, ali acabou a gente saindo, não foi para Taubaté. Mas a Ana Gleide falou uma coisa interessante lá em Taubaté, que foi o seguinte, os conselheiros devem, porque se você se prontifica a ser um conselheiro, você também







884

885

886

887 888

889 890

891

892

893

894

895 896

897

898 899

900

901

902

903

904 905

906

907 908

909

910

911

912 913

914

915

916

917

918

919

920

921 922

923

924 925

926

927

928 929

930

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

19

tem que buscar conhecimento. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem vários cursos para conselheiros, vários cursos online, de prestação de contas, da LOA, LDO, o que você precisar da gestão pública tem lá. Falta de informação, isso não condiz. Porque você pode entrar no Youtube lá e assistir os vídeos. É didático. Você pode participar. Eu fiz a inscrição, eu não tinha. Depois que a Ana falou, eu fui lá e fiz a minha inscrição. A gente recebe e-mails dizendo sobre os cursos. Tem que também buscar, o conselheiro também tem que fazer a sua pesquisa e começar a buscar mais informações para poder participar. Se qualificar, tudo a gente se qualifica, é importante. A conselheira Kellin informou que recebeu do presidente do COMUS, no grupo Conselheiros COMUS, ele mandou a informação sobre essa capacitação no dia 24 de maio. E a primeira etapa foi no dia 4 de junho e a segunda, 19 e 20 de junho. Foi com um mês de antecedência que a gente recebeu o convite no grupo dos Conselheiros do Whatsapp. A Dra. Margarete completou Não é que ele falou a primeira coisa. Essa realidade já não existe mais de falta. Nós já chegamos ao patamar muito bom, que é de 15%. A grande maioria, na média geral, está em 15% de falta. A outra é que o Whatsapp já é utilizado, nossa central que faz ligações para exames, para consultas de especialidades, não, para atenção básica. Essa é marcada do jeito tradicional. Mas os exames e as especialidades já são ligados, a grande maioria vai por Whatsapp e depois com a pessoa. Porque lá na Whatsapp, ninguém aqui recebeu marcação pelo Whatsapp ainda, que você tem que colocar um ou dois e confirma ou não, está certo? Já está acontecendo isso. Já tem um bom tempo, já, não é de agora. Porque, desde quando passou para o 156, que a URBAN assumiu esse compromisso de fazer o agendamento, ele já está cada vez mais migrando para o Whatsapp. Quando não tem resposta ao Whatsapp, ele liga. Isso, em especialidades e exames. Pelo exame que exigem um preparo, vai pelo Whatsapp. Como faz o preparo, seja é (jejum), os medicamentos que toma, enfim, o que for necessário, fazer orientação, é feito pelo Whatsapp hoje em dia, até porque para ficar registrado a gente tem tido esse cuidado, porque as nossas ligações que a gente faz, todas elas, sem exceção, não sei se vocês sabem, mas todas são gravadas. Algumas vezes a pessoa fala assim: "Mas não me falou que era isso, ou era...", a gente volta, pede para levantar a conversa, e a gente vê se foi falado ou não. A URBAN é uma CORMAN, não deixa de ser, mas é um serviço contratado. Quando ela não/ corresponde, a gente também vai e cobra. Por isso que é feito dessa forma. Já está melhorando, vai cada vez mais migrar para o Whatsapp, mas assim, com cautela, inclusive, porque o Whatsapp, não sei até quando vai existir, a gente fica meio sempre naquela. Não pode ficar 100% no Whatsapp. A gente precisa sempre se cercar. Toda vez que não tem efetividade no Whatsapp, ele liga, a obrigação dela é ligar. Primeiro, ela tenta ligar, tem aquelas três vezes, não dá, vai o Whatsapp, não dá, suspende para a pessoa realmente, quando ela for procurar qualquer serviço, vai ser a chance de a gente captar de novo, porque, às vezes, ela mudou de telefone ou alguma coisa aconteceu, enfim. Mas o nosso absenteísmo está caindo a cada dia. Na média geral, 15%. Tem algumas coisas que continuam altas, que eu acho que é um absurdo, das três que eu sempre falo aqui é a maior, puericultura, que não deveria ser nunca. E pediatria, já em uma sequência. O que tem menos falta? Clínico. O que a gente precisa ver, até por conta dos indicadores, que a gente precisa cada vez melhorar para as crianças, é por que essas mães estão faltando. Vai um trabalho em conjunto, da nossa secretaria junto com vocês, conselheiros, de até ir mesmo, dos ACS que vão à casa, entender o que está fazendo com que aquela mãe não vá. Será que é só como diz, ou será que alguma coisa está acontecendo por trás disso? Até o assunto que foi abordado aqui hoje. Será que não é um sintoma de alguma coisa? De violência? Um olho no peixe, outro no gato. A gente não pode achar que tudo é normal, a gente tem que ir atrás. Principalmente quando isso começa a ser uma repetição. Na mesma mãe, na mesma família. Alguma coisa tem errado. O diretor Georges Assaad respondeu ao munícipe Renato Zeca que foi boa e oportuna a tua fala com relação ao painel. Acho que a gente realmente tem que se comunicar melhor. A gente já tem o painel em todas as unidades, totem em todas as unidades, a gente já tem farmácias com reposição semanal em todas as unidades, a gente está trabalhando em padronização. Acho que o que tem em uma unidade do limoeiro tem





Fones: (12) 3212-1360 e 3212-1361 e E-mail – comus02@sjc.sp.gov.br



932

933

934

935

936

937 938

939 940

941

942

943

944 945

946

947

948

949 950

951 952

953

954 955

956

957 958

959

960

961

962

963

964

965 966

967

968

969

970

971

972

973 974

975

976

977

978

979

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

20

que ter no campo dos alemães, tem que ter em São Francisco e assim por diante. A gente vem trabalhando justamente com isso. A gente já tem algumas mensagens sendo postas nesses painéis, por exemplo, o Bem Me Quero é colocado. Na semana do Bem Me Quero a gente começa a colocar. Os vídeos ainda não. Ainda não fizemos. Mas esse é um planejamento que a gente já está trabalhando internamente para que aconteça. Algumas unidades, inclusive, terão mais painéis. O Bosque dos Eucaliptos já tem, tem uma que fica dentro, que é a antiga TV que está ali, e fora também, naquela parte coberta, onde tinha uma tenda, quando eu cheguei era um gramado, agora não, está coberta ali, está se concretada, o serviço também está sendo feito lá fora, já tem lá um totem e um painel. Mas isso a gente já está providenciando, pode ficar tranquilo, que a gente já vai fazer. Jardim da Granja também já tem. A gente já está, esse planejamento todo já, muitas coisas já estão sendo executadas, já foram compradas, a gente está aguardando chegar para realmente fazer as instalações devidas. O vice-presidente Sidney Campos questionou da instalação do equipamento na UBS do Jardim das Indústrias. O diretor Georges Assaad respondeu que já foi feita a instalação do equipamento. A próxima munícipe que falou foi à senhora Leda Maciel que explicou que é professora, do segmento munícipe, mas eu vim aqui como professora e como uma pessoa que cuida das crianças com necessidades especiais. Eu sou a pessoa que estava acompanhando a Jéssica no pronto-socorro, na Vila Industrial. A Jéssica foi vítima de violência doméstica, no dia 18 de maio, exatamente, eu estava engessada, como vocês verem, eu estou ainda de bengala, mas depois eu explico essa parte também, e eu não pude acompanhá-la, mas eu fui dando todo o suporte pelo telefone, pedi para outra pessoa acompanhá-la. Ela foi até a delegacia, no 7º DP, não fizeram o boletim de ocorrência, porque falaram que a prioridade seria a integridade física dela. Ela foi para o pronto-socorro do Parque Industrial. No Parque Industrial atenderam. Eu fui conversando com ela, pedindo para ela explicar o que tinha acontecido. Não abriram a ficha Sinan. Ela voltou para casa. Resumindo a história, eu voltei com ela três vezes no pronto-socorro, porque a senhora sabe que o autista tem muito mais a sensibilidade. E só na terceira vez, que foi o/ dia que nós ficamos, das 14h até 15 minutos para às 22h, todo mundo sabendo que ela era autistal porque eu tinha o cordão de identificação, ela foi atendida como às outras pessoas, não só ela, como vários idosos que estavam lá do Asilo São Vicente, que eu acompanhei também. Eu fiquei bem' frustrada porque eu falei. Ela teve uma crise, ela teve um gatilho, ela não queria ficar, ela começou a andar de lá para cá. Eu de cadeira de roda, porque peguei emprestada a cadeira de roda, tentando conversar, tentando acalmar. E foi uma situação muito humilhante, a palavra é essa, humilhante. Eu, como defensora das pessoas com necessidades especiais, eu fiquei assim, e como uma avó atípica, sou avó de um autista, eu fiquei muito comovida de falar, porque isso me toca muito. Depois que foi aberta a ficha, a Teca me ajudou muito também através do Instituto. Também deu uma ligada lá, e o pessoal saiu correndo. Enfim, 22h, a gente saiu de lá. Ela com muita dor, não havia quebrado. Ai, minha boca está muito seca aqui, acho que é minha pressão. Se alguém puder me dar um pouco de água, por gentileza. A gente ainda tem um problema mais sério da Jéssica, que ela é autista, ela já teve o laudo, ela tem uma receita médica do CVV e nenhum médico quer dar o laudo para ela agora. Ela perdeu esse laudo, nenhum médico quer dar. Ela tem 30 anos de idade, pediu para que eu fosse tutora dela no CRAS e no CREAS. Muito obrigada. A minha luta com ela, a minha batalha está sendo muito triste, e a realidade que estou vendo aqui em São José é chocante, porque você levar uma pessoa com TEIA dentro de um centro de valorização da vida, passando com psiquiatra, psiquiatra olhar para a cara da paciente e falar para ela: "Quem disse que você é autista? Eu não estou vendo nada de autismo em você aí". Eu virei para ele e falei: "Doutor, eu sou diretora, eu era diretora na época de tal escola, estou acompanhando ela porque isso, isso, sou neuro psicopedagoga", expliquei tudo que tinha, dei para ele tudo que estava escrito. Eu falei: "Se o senhor experimentar abrir a minha pasta de documento com tudo que ela tem dentro, talvez o senhor descubra que ela realmente é autista". E ele me disse que ele não podia porque ele só podia, ele só tinha 20 minutos para fazer aquilo e ele estava atrasado para pegar a filha dele. Gente, eu







981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

21

estou contando isso para vocês porque realmente eu sou munícipe. Eu moro aqui em São José dos Campos há 45 anos. E eu sei o que eu estou falando porque eu estou acompanhando agora. È inadmissível, sabe? Lá no Parque do Coral está uma beleza aquele hospital. Eu estive lá ontem, o atendimento maravilhoso. Muito obrigada. Mas o CVV, com todo o respeito, doutora, tem muita coisa que precisa ser vista, precisa realmente de acompanhamento de pessoas técnicas para entender. Eu marquei com a assistente social. A assistente social teve um compromisso e terceirizou a reunião por uma pessoa que atende na recepção. Eu fui conversar com a moça, tentei explicar a situação da Jéssica. A moça não é especialista. O vice-presidente Sidney Campos pediu para a munícipe passar algumas informações. O diretor Georges Assaad explicou sobre as unidades básicas de saúde. A unidade gerida das indústrias está todo vapor. A gente amplia aquela parte da frente, muda a entrada de local. Aquela porta foi trocada da antiga entrada, porque ali entrarão os pacientes para a emergência e sairão também por ali. A gente, fazendo essa nova recepção, estivemos lá eu e a doutora Margarete, a gente pensou de outra forma. Onde está a farmácia hoje será a recepção e o arquivo. Os prontuários hoje estão lá em cima, porque precisou mudar. A gente está fazendo tudo conforme a gente havia planejado. Só que no poder público as pessoas têm que entender que as compras não são como setor privado. Você quer comprar, você não pode chegar a uma loja, fazer a compra e levar para casa. Não é assim que funciona. A gente já comprou material, já está chegando esse material, assim como no paraíso do Sol. O paraíso está da mesma forma. A gente fez já, a parte do estacionamento foi feita, a parte dos fundos também. Não havia expurgo naquela unidade, hoje tem esterilização, expurgo funcionando na mesma sala, a gente amplia a parte da frente, a parte frontal, a gente muda um pouco a entrada do estacionamento para a gente ter uma nova sala de coleta, ali uma nova farmácia e também uma sala de emergência. Isso também já foi comprado, parte desse material já chegou, o madeiramento todo já chegou, acho que as telhas também. Chegaram lembrando que isso não é da DAPRIS, é da AG, é outro departamento, mas a gente tem as informações chegando. O campo dos alemães está indo para a fase final já da obra, mais um pouco a gente já termina lá, a gente já está na 17ª unidade básica de saúde requalificada em São José. Além das 5 avançadas que até o final do ano a gente terá também essas 5 unidades avançadas transformadas em UBS Resolve. Era isso. Zeca acho que eu respondi, tranquilo? Mais alguma coisa? Ah, preserva. Doutora Margareth, o senhor só me permite mais um minuto. Marcela não está aqui, pena, mas a gente está trabalhando em cima do projeto Preserva. A gente está trabalhando em cima disso daí. É uma ação sinérgica não só da saúde, mas de todas as outras secretarias que compõem essa rede de proteção às vítimas de violência como um todo, não só as mulheres vítimas de violência, mas as vítimas de violência na cidade como um todo. A Mariana, com o departamento dela, o pessoal todo também trabalhando, a gente está debruçado sobre isso. Em breve a gente vai ter mais um programa municipal. E foi passada a fala a conselheira Aparecida Maria de Souza da pastoral da criança e informou que é do campos de são José e que a unidade do Cajuru também aguarda a instalação do equipamento de TV na parte externa. O diretor Georges Assaad explicou no início da minha gestão, na frente do DAPRIS, havia uma tenda ali, acho que a senhora se lembra bem como era, essa tenda foi substituída por uma cobertura de policarbonato, ficou uma sala de espera aumentada ali, a gente já mexeu na grade também e volta a mexer, até ter aquela unidade também requalificada. A farmácia vai ser invertida, com a recepção, assim como a gente fez em inúmeras outras unidades, ali também terá dispensação externa. Ali em breve também teremos uma nova unidade. Cajuru, a gente propôs e foi aprovado um projeto no PAC, e a gente em breve já está, o projeto está aqui, no SGHO, no terceiro andar, já está em desenvolvimento, para a gente logo, logo, já licitar e começar a construção. Vai ser lá no Monte Rei, um terreno muito grande, muito bem localizado fora da avenida. Aquela avenida já tem uma menção do Governo do Estado, uma aprovação, e também do prefeito municipal, que vai ser duplicada da avenida principal. Ali eu construí, enquanto diretor de habitação, o Cajuru II. A gente vai ter, sim, ali, uma nova unidade. Vai ser no Monte Rei. E a gente substitui a atual unidade pela







1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

Conselho Municipal de Saúde - COMUS de São José dos Campos



Ata Ordinária nº 06 - 26/06/2024

22

nova que será construída. Enquanto isso, a gente requalifica também quando a gente transformar já a unidade de Cajuru em UBS Resolve. Sem mais nada a tratar o vice-presidente Sidney Campos Campos encerrou a reunião do Conselho Municipal de Saúde às 17 horas e 52 minutos, agradecendo a todos. Conselheiros presentes: Sidney Campos (titular segmento usuário), José Henrique Nogueira (titular segmento usuário), Mariene Ferreira da Silva(titular segmento usuário), Sebastião Pereira da Silva(suplente segmento usuário), Wanderley da Cruz Sobreira (titular segmento usuário), João Nicolau da Silva (titular segmento usuário), Suzana Thomaz (suplente segmento usuário), Iara da Silva Caracas Grunewald (suplente segmento usuário), Mara Silva Rossi Korol (titular segmento usuário), Aparecida Maria de Souza (titular segmento usuário), Júlio Cesar Venturelli (suplente segmento usuário), João Manuel Farias Carvalho (suplente segmento usuário), Luiz Antonio Vane (titular segmento trabalhador), Debora Daisy Vogel (suplente segmento trabalhador), Ariane Mendes Pereira (titular segmento trabalhador), Kevin Anderson Medeiros (titular segmento trabalhador), Kellin Godoi de Andrade (suplente segmento trabalhador), Ivany Baptista (Titular segmento trabalhador) Heroína Aparecida Costa Pimentel (suplente segmento trabalhador), Rosangela Pereira Pêgo (titular segmento trabalhador), Othon Mercadante Becker (suplente segmento trabalhador), Daniel Godoi Peagno (titular segmento prestador), Maria Auxiliadora de Lima Rocha (suplente segmento prestador), Margarete Carlos da Silva Correia (titular segmento gestor), Deise Maria Cantinho Montes (titular segmento gestor) Otavio Franco e Silva (titular segmento gestor), Georges Salim Assaad Junior (titular segmento gestor), Álvaro de Ávila Mirapalheta (titular segmento gestor)

1049

1050

1051

Sidney Campos

Presidente do COMUS

1052

1053

1054

1055

Margarete Carlos da Silva Correia

Secretária de Saúde